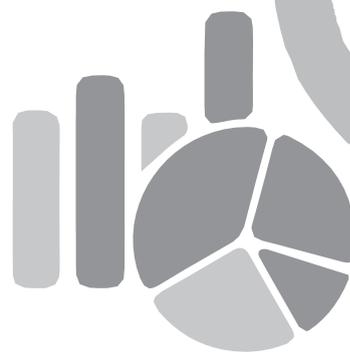


CLASSIFICADOR AFRICANO DO GÉNERO



CLASSIFICADOR AFRICANO DO GÉNERO



Comissão da União Africana

Dezembro de 2015

Índice

Acrónimos	i
Agradecimentos	v
Prefácio	vi
I. Contexto.....	1
II. Introdução.....	3
III. Alcance de um desenvolvimento transformador equitativo? Em que posição se encontra África?.....	5
IV. Recomendações Políticas	13
V. Conclusão	14
VI. Referências seleccionadas	15
Anexo 1: Lista dos indicadores para o Classificador Africano do Género	17
Anexo 2: Quadro do Classificador Africano do Género	24
Anexo 3: Desagregação das pontuações dos clusters	27
Lista de Figuras	
Figura 1: Pontuação do sector da igualdade de género no emprego	6
Figura 2: Pontuação do sector referente à igualdade do género no acesso e posse de terra	7
Figura 3: Pontuação do sector referente à igualdade do género no acesso ao crédito	8
Figura 4: Rácio de mortalidade materna pré e pós CARMMA por país	9
Figura 5: Igualdade de género no ensino em África	10
Figura 6: Acesso à água e saneamento por local de residência em África em 2012.....	11
Figura 7: Desempenho dos Países em relação às Mulheres em Cargos Ministeriais e Parlamentos Nacionais	12

Acrónimos

AGDI	Índice Africano sobre o Género e Desenvolvimento
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
ACG	Centro Africano do Género
ACS	Centro Africano de Estatística
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
RCA	República Centro Africana
CARMMA	Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África CEA Comissão Económica para a África
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
PIB	Produto Interno Bruto
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
IFPRI	Instituto Internacional de Política e Investigação Alimentar
OIT	Internacional do Trabalho
UIP	União Interparlamentar
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
ONUSIDA	Programa do VIH/SIDA das Nações Unidas
UN DESA	Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança

Agradecimentos

O Classificador Africano do Género é uma publicação da Comissão da União Africana (CUA) com o apoio técnico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). Foi elaborado com o apoio dedicado da Presidente da CUA, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma; e do Subsecretário-geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da UNECA Dr. Carlos Lopes.

Os agradecimentos são também extensivos à toda equipa da CEA – ao Director da Divisão de Políticas de Desenvolvimento Social Takyiwaa Manuh; ao Coordenador do Centro Africano do Género Thokozile Ruzvidzo; ao Assessor Sénior para Assuntos do Género, Ngone Diop; às funcionárias dos assuntos sociais Keiso Matashane-Marite e Caroline Ngonze; aos investigadores associados Akua Asamoah Debrah e Soazic Elise Wang-Sonne; e ao assistente administrativo Berhanu Tesfaye. São também extensivos ao chefe da Secção de Estatísticas Demográficas e Sociais do Centro Africano de Estatísticas da CEA, Raj Mitra; à Estatística Fatouma Sissoko e às colaboradoras de estatística Malgorzata Cwiek e InKyung Choi;

Às assistentes de estatística Gulilat Tesfaye e Meaza Bekele que auxiliaram em tornar possível a produção do presente quadro de avaliação.

Agradecimentos especiais vão para a equipa da CUA, o Assessor Especial de Estratégia e Planeamento da Presidente da CUA; o Chefe de Gabinete Adjunto Embaixador Potgeiter-Gqubule; à Directora Interina da Mulher, Género e Desenvolvimento Sra. Leila Ben Ali; e à Responsável Principal de Políticas Sra. Ouriatou Danfakha, pelos seus pareceres valiosíssimos durante a avaliação do classificador..

Prefácio

Uma análise do desempenho económico dos países africanos revela um crescimento económico notável na última década, registando uma média de 5 a 7 por cento e ostentando 6 das 10 economias que mais crescem no mundo. O crescimento do lado da oferta tem sido impulsionado pelos sectores da agricultura, indústrias extractivas, construção e dos serviços, ao passo que o do lado da procura foi impulsionado pelo consumo privado e pelos investimentos em infra-estruturas. Prevê-se que esta perspectiva promissora continue em 2015 e 2016, devendo o crescimento do PIB total de África subir para 4,5 por cento em 2015 (de 3,9 por cento em 2014) e 5 por cento em 2016.

Este quadro cor-de-rosa oculta desigualdades de género e exclusão extremamente alarmantes nos principais sectores que impulsionam este crescimento económico, com efeitos multiplicadores negativos sobre a outorga de poderes socioeconómicos e políticos à mulher. A paridade de género no ensino secundário e no superior em África é ainda assustadoramente baixa, sendo que, segundo relatos, as mulheres investigadoras na ciência representam 33 por cento – o mais baixo em todas as regiões em desenvolvimento. O que é trágico é que, se o ritmo actual de progressos continuar inalterado, levará 81 anos para a África alcançar a igualdade de género, indo 33 anos além da Agenda 2063.

Esta situação levou à designação, pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos, do ano de 2015 como Ano da Emancipação e Desenvolvimento da Mulher rumo à Agenda 2063 de África. Foi no intuito de apoiar esse ano que a Comissão da União Africana (CUA) decidiu elaborar o classificador africano do género. O objectivo do indicador consiste em medir os avanços nacionais rumo à igualdade de género e emancipação da mulher nos sete sectores principais (saúde, emprego, sector empresarial, acesso ao crédito, acesso à terra, mulher na política e na tomada de decisão, educação nos níveis secundários e superior). O indicador pretende também ampliar o apelo para a recolha, análise, armazenamento e divulgação de dados desagregados sobre o género para apoio à análise das políticas e programas de género no âmbito da revolução de dados em curso em África.

A CUA está esperançada de que este classificador venha a catalisar o alcance da igualdade de género e a emancipação da mulher em todas as esferas da vida – até ao ano limite de 2030 – conforme previsto pelo Objectivo 17 da Agenda 2063 da União Africana.

I. Contexto

África fez avanços notáveis na implementação dos compromissos mundiais e regionais em matéria de igualdade de género e em conferir poderes à mulher. A igualdade de género e a outorga de poderes à mulher têm sido negados como sendo objectivos prioritários no novo discurso e narrativa para a transformação estrutural e para o desenvolvimento sustentável de África. Investir em objectivos dessa natureza, é também reconhecido como uma via menos onerosa para alcançar o crescimento inclusivo e amplo, bem como o desenvolvimento sustentável do continente. Ademais, os Chefes de Estado e de Governo de África declararam recentemente o ano 2015 como Ano da Emancipação e Desenvolvimento da Mulher rumo à Agenda 2063 de África. Concomitantemente, os Chefes de Estado e de Governo de África adoptaram a Agenda 2063, um quadro de desenvolvimento que aspira um continente "integrado, pacífico, próspero, orientado para os cidadãos e que represente uma força dinâmica na arena global".

Esses quadros de desenvolvimento regionais de alto nível apresentam maiores oportunidades para acelerar os progressos na implementação dos compromissos em matéria de igualdade de género. No contexto global, ocorreram dois processos políticos principais favoráveis, nomeadamente a avaliação dos 20 anos de implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, popularmente designada de avaliação Pequim + 20, que foi realizada em 2014 e a elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015. É de salientar que ambos os documentos apelam para uma maior acção no sentido de uma mudança transformacional nas vidas das mulheres e meninas.

Em termos gerais, as perspectivas económicas de África são promissoras. O desempenho económico do continente tem sido forte ao longo da última década, com taxas médias de

crescimento de 5 a 7 por cento.

Além disso, 6 das 10 economias com crescimento mais rápido no mundo estão em África (Comissão Económica para África, 2015). Enquanto o crescimento no lado da oferta tem sido impulsionado pela agricultura, pelas indústrias extractivas, construção e serviços, o crescimento do lado da procura foi sustentado pelo consumo privado e investimentos de capital intensivo em infra-estruturas. Prevê-se que essa perspectiva favorável venha a continuar em 2016, com o crescimento do produto interno bruto total de África a subir de 3,9 por cento em 2014 para 4,5 por cento até finais de 2015. No entanto, apesar desses progressos, o continente continua a revelar desigualdades significativas na distribuição do rendimento e riqueza, com um coeficiente de Gini estimado em 43.9.

As 7 aspirações da Agenda 2063

- Alcançar o crescimento e desenvolvimento equitativo e centrado nos cidadãos
- Erradicar a pobreza
- Desenvolver o capital humano, infra-estrutura, bens sociais, infra-estruturas e bens públicos
- Estabelecer a paz e a segurança duradouras
- Criar estados desenvolvidos, fortes e eficazes
- Promover instituições participativas e responsáveis
- Capacitar mulheres e jovens a fim de alcançarem o sonho Africano

As mulheres e os jovens, em particular, arcam com o peso da desigualdade de género e da marginalização no continente. É importante ressaltar que as outras seis aspirações da Agenda 2063 não podem ser realizadas a menos que a emancipação da mulher e da juventude ao abrigo da aspiração 6 seja um facto, por meio da criação de mecanismos e indicadores que tenham em conta as questões de género e de responsabilização, de forma possibilitar o cumprimento das promessas feitas pelos dirigentes africanos.

O presente relatório proporciona um retrato analítico dos resultados de indicadores seleccionados a fim de medir os progressos entre homens e mulheres e criar um classificador para os países africanos. O relatório aborda também os problemas mais prementes em matéria de políticas e descreve algumas recomendações em termos de políticas de forma apoiar os Estados Membros nos seus esforços para alcançar a igualdade de género e a emancipação da mulher. A Secção 1 proporciona o contexto do classificador; a secção 2 aborda os sectores considerados para a pontuação e a metodologia; a secção 3 apresenta as principais constatações do classificador, contendo uma análise dos progressos e conquistas feitas pelos países africanos no combate à desigualdade de género; e por último, a secção 4 relata algumas das medidas e acções em termos de políticas necessárias para reverter as tendências da desigualdade e as formas de acelerar as mudanças na vida das mulheres e meninas africanas.

1 Ver: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/outlook/>

2 forecast/2.See

II. Introdução

Face à crescente desigualdade de género em certos sectores de desenvolvimento em África, foi concebido o presente classificador de género. Pretende-se que o classificador seja uma ferramenta simples, rápida e de fácil utilização que os Estados Membros podem utilizar para medir o seu desempenho comparando-o com os principais compromissos ratificados em matéria de igualdade de género.

A. Objectivos do classificador

Com a elaboração do classificador, a Comissão da União Africana pretende alcançar os seguintes objectivos:

- Prestar apoio aos Estados Membros para acelerarem a implementação dos seus compromissos em África enunciados na Agenda 2063 e demais compromissos;
- Proporcionar aos Estados Membros um instrumento fácil e rápido para avaliar o seu progresso em alcançar um crescimento equitativo e o desenvolvimento transformador;
- Tomar medidas e acções abrangentes rumo à uma mudança transformadora na vida das mulheres e meninas.

O classificador assenta no índice precursor da Comissão Económica para África, no Índice Africano do Género e Desenvolvimento que constitui uma medição aprofundada dos diferenciais da situação das mulheres e homens em África e avaliar os progressos feitos pelos governos na implementação das políticas de género (Comissão Económica para África). O classificador pretende complementar o índice, sendo um instrumento de avaliação mais simples e mais rápido baseado na agenda 2063 e noutros quadros regionais como a Declaração Solene para a Igualdade do Género em África, o Acto Constitutivo da União Africana e o Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativa aos Direitos da Mulher em África.

B. Sectores Seleccionados

O classificador centra-se em sectores fundamentais que têm efeitos múltiplos e intergeracionais positivos sobre as vidas das mulheres e meninas. Os sectores são: saúde; educação; política e tomada de decisão; acesso e posse da terra; acesso ao crédito (recursos e serviços financeiros); empresariado; e emprego. Estes sectores não só reforçam-se mutuamente no que toca ao alcance do desenvolvimento integral e sustentável para a África, mas também a igualdade de género nestes sectores produz externalidades positivas que se repercutem em toda a economia Africana.



Estes sectores fundamentais estão além disso agrupados em três temas principais de desenvolvimento: emancipação económica (emprego, empresariado, acesso à terra e o acesso ao crédito); emancipação social (educação e saúde); e emancipação política (mulheres no parlamento e em cargos ministeriais). Os clusters estão interligados, de tal forma que o progresso em um cluster está geralmente intimamente associado ao progresso noutro.

C. Metodologia

O classificador africano do género é composto por 7 sectores com uma média de 3 subdimensões por sector e um total de 23 indicadores. Foram utilizados dados de fontes internacionais a fim de assegurar a pertinência e a comparabilidade em todos os países. Para cada indicador, foram utilizados os dados mais recentes disponíveis para cada país. Consequentemente, o ano dos dados para cada indicador pode variar de país para país. Estão indicadas algumas excepções a essa regra na descrição detalhada de todos os indicadores. Consta do anexo 1 uma lista completa de indicadores com fontes e definições, bem como os intervalos dos anos dos dados utilizados para cada indicador.

D. Pontuação

A pontuação para cada indicador é calculada extraindo o rácio mulher/homem dos valores do indicador e, em seguida, multiplica-se o rácio por 10 e arredonda-se para o número inteiro mais próximo. A pontuação do sector é calculada como uma média aritmética não ponderada das pontuações do indicador de um determinado sector. Se os dados referentes a qualquer indicador de um país dentro de um sector não estiverem disponíveis, a pontuação média do sector desse país não é calculada. Uma pontuação de 0 representa o nível mais alto de desigualdade, enquanto o 10 representa a paridade perfeita. No entanto, a pontuação não se limita a 10, para poder destacar exemplos em que as mulheres poderão ter superado os homens num determinado sector.

E. Limitações

O método utilizado para pontuação transmite apenas a forma como as mulheres estão a sair-se em comparação com os homens, independentemente dos seus níveis de realização. Por exemplo, num país onde a taxa de matrículas no ensino superior de mulheres e homens é apenas de 29 e 30 por cento respectivamente, o método para pontuação resultará numa pontuação total de 10. Assim, dir-se-á que o país em causa terá alcançado a paridade plena no ensino superior. Outro país com taxas de matrículas muito mais altas, de por exemplo de 80 por cento para meninas e 90 por cento para meninos resultando numa paridade de 9, poderá ser visto como tendo um

desempenho menos bom que o primeiro país citado. Por essa razão, é necessário ter cuidado ao tirar conclusões baseadas apenas nas pontuações, particularmente quando existem grandes discrepâncias nos níveis de desenvolvimento entre os países.

Como consequência do método adoptado para lidar com os dados em falta, não foi possível calcular as pontuações referentes a muitos sectores, o que limita a possibilidade de efectuar comparações entre países a nível dos sectores. No entanto, a finalidade do classificador não é estabelecer uma classificação entre países, mas sim introduzir um mecanismo de acompanhamento e responsabilização que confere uma visão global dos progressos na implementação dos compromissos em matéria de igualdade de género e de emancipação da mulher em cada país e que destaca o facto de que a disponibilidade de dados é uma condição prévia para a tomada de decisão baseada em dados comprovados. Calcular as pontuações omitindo os valores em falta, equivale a substituí-los pela média das pontuações dos indicadores disponíveis para um determinado sector, o que poderia introduzir um enviesamento significativo. Finalmente, é preciso lembrar que, para cada país, os dados referentes a cada indicador podem vir de anos diferentes. Deste modo, a pontuação do sector não pode ser completamente associada a um dado momento de tempo. Além disso, porque o ano dos dados para cada indicador pode variar de país para país, as comparações entre países devem ser interpretadas com prudência.

III. Alcance de um desenvolvimento transformador equitativo? Em que posição se encontra África?

O desenvolvimento transformador é um processo de emancipação e auto-suficiência que revela que, se o desenvolvimento não for equitativo, este não pode ser transformador nem sustentável e, na verdade, existem muitos estudos e muitas provas para suportar esses vínculos positivos em África (ver Sen 1999; Nações Unidas, 2012; *African Capacity Building Foundation*, 2015). As constatações do classificador constituem provas dos progressos importantes alcançados pelos países africanos ao longo das últimas décadas em alguns sectores. Contudo, há variações entre países devido aos diferentes estágios de desenvolvimento alcançados pelos mesmos. Além disso, o ritmo do progresso não é suficiente para acelerar o movimento em direcção à igualdade de género, conforme indicam os dados nesta secção.

A. Principais resultados no *cluster* da emancipação económica

O cluster de emancipação económica é composto por quatro sectores – emprego, empresariado, acesso à terra e o acesso ao crédito – sendo todos essencialmente importantes para que a mulher tenha uma participação equitativa no crescimento económico notável de África. Apesar do desempenho económico forte registado por África durante a última década, a condição económica da maioria das mulheres não mudou radicalmente. Na verdade, as mulheres ainda não beneficiam plenamente do crescimento económico de África. Barreiras estruturais impedem a participação da mulher nas actividades económicas com retornos óptimos, participando apenas naquelas com retornos abaixo do ideal tais com o sector industrial (i.e. indústrias extractivas a nível artesanal e de pequena escala) e o agronegócio. Embora as mulheres sejam actores chaves nas economias africanas, elas continuam representadas excessivamente no

sector informal, que se caracteriza por baixos salários e condições de trabalho difíceis.

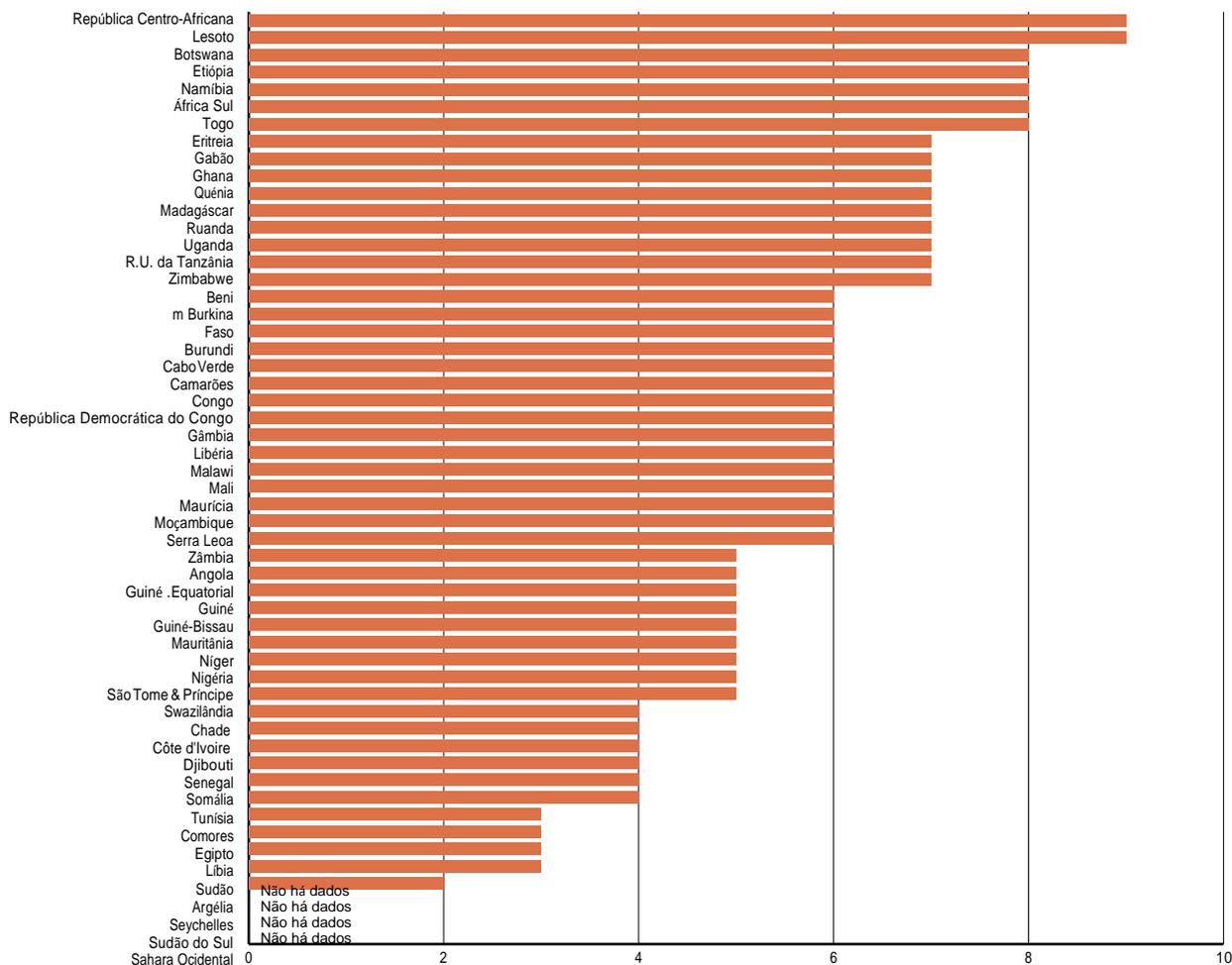
i. Emprego

Utilizando o emprego fora do sector agrícola e a taxa de participação na força de trabalho como os dois principais indicadores, a Figura 1 mostra que apesar de nenhum país ter alcançado a paridade perfeita, 7 estão perto de fazê-lo com uma pontuação de 8 e mais 33 atingiram pelo menos a paridade média. Importa referir que os resultados podem induzir em erro, uma vez que a maioria desses empregos está no sector informal. Quando a participação na força de trabalho (na qual a maioria dos países africanos foi além da paridade) é desagregada em emprego fora do sector agrícola, os resultados mostram uma desigualdade marcante no emprego em desfavor da mulher. A este respeito, a análise da participação da mulher fora do sector agrícola revela que apenas dois países, Seychelles e Lesoto, obtiveram uma pontuação de 10 ou mais (ver anexo 3).

ii. Sector empresarial

No sector empresarial, a participação da mulher foi aferida utilizando dois indicadores: homens e mulheres em cargos directivos em empresas e o percentual de empresas cuja estrutura accionista tem participação feminina. Nenhum país alcançou ainda a igualdade de género em cargos directivos. Na verdade, a maioria dos países está longe de atingir a paridade de género, sendo que apenas 4 países de um total de 37 sobre os quais existem dados (Benim, Libéria, Madagáscar e Namíbia, ver anexo 3) estão prestes a atingir a paridade média de 5. O quadro é mais positivo em relação ao segundo indicador (percentagem de empresas com participação feminina na estrutura accionista). Os resultados referentes a este indicador revelam uma

Figura 1: Pontuação do sector da igualdade de género no emprego



Fonte: Compilação do autor

pontuação média de 4, havendo 16 países com a paridade média de 5, dos quais 7 países (Angola, Botswana, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, Libéria, Mali e Zimbabuê) com uma pontuação de mais de 10, o que significa que mais de 50 por cento das empresas tem mulheres entre os proprietários (a definição de "empresa" aqui também inclui empresas informais (ver anexo 3)).

Dos 37 países para os quais existem dados que permite o cálculo de uma pontuação geral para o sector empresarial, 4 países (Benim, República Centro Africana, Madagáscar e Quênia) têm pontuações acima da média de 6.4, outros têm pontuações de 7, enquanto dois países – Libéria e Mali – lideram com a pontuação de 8, o que indica que estão perto da paridade (ver anexo 3). No entanto, a maioria dos países africanos ainda está longe da paridade, o que apela para uma acção urgente para o alcance da emancipação

económica da mulher neste sector. Na verdade, promover a participação equitativa da mulher nos escalões superiores directivos constitui a chave para influenciar uma mudança positiva. Isso pode também resultar em bons retornos económicos e comerciais para as empresas em África. Estudos indicam que as empresas têm um melhor desempenho quando as mulheres têm uma forte representação nos níveis de direcção (McKinsey & Company, 2007).

iii. Acesso à Terra

A terra constitui uma fonte importante de subsistência e um determinante essencial para a emancipação económica da mulher, sobretudo para as mulheres pequenas produtoras agrícolas. No entanto, a disponibilidade de dados para este problema crítico da emancipação da mulher continua a ser um desafio. Foram utilizados cinco diferentes variáveis substitutas de medição para avaliar o

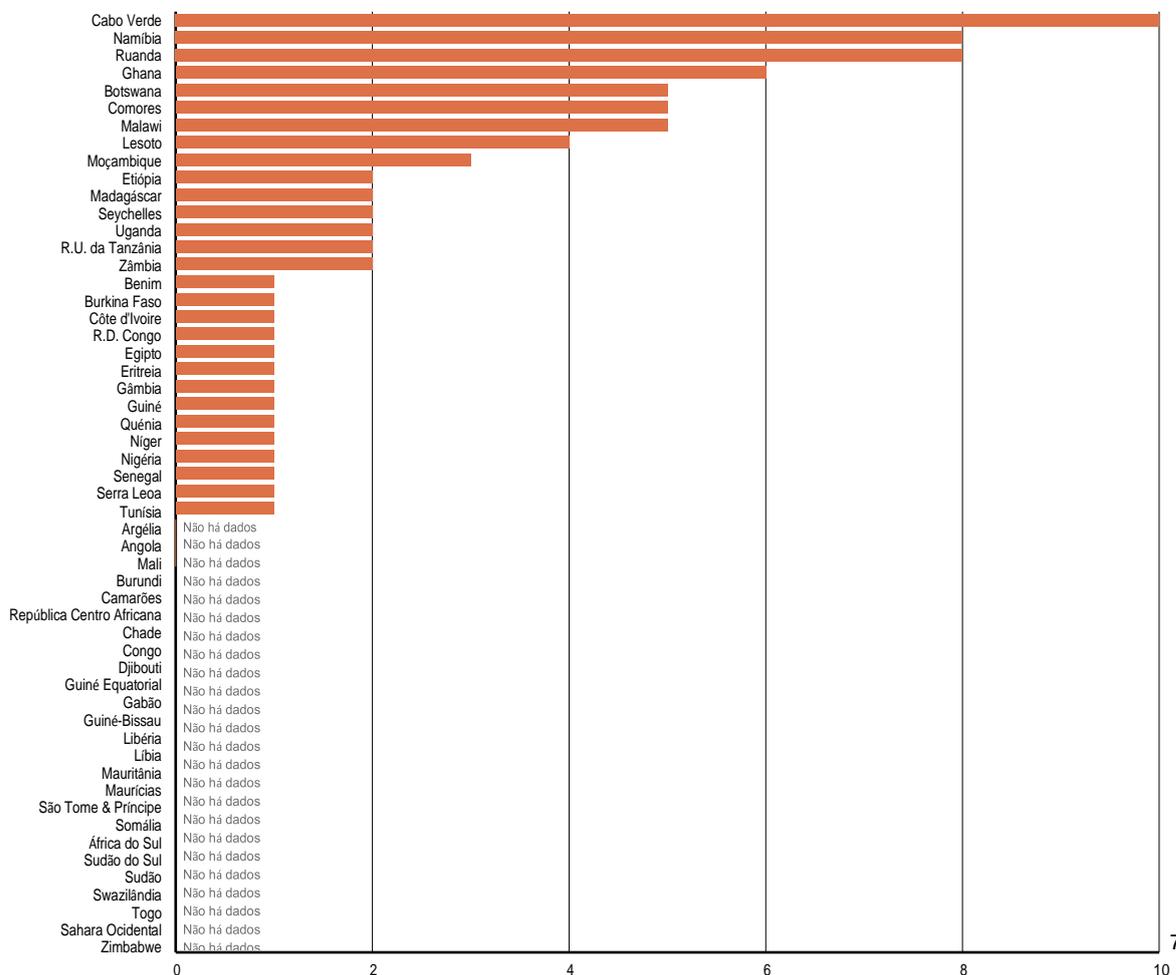
acesso à terra na análise do classificador. As variáveis substitutas em causa são as explorações agrícolas, posse de terras sem documentos, propriedade de terra, quadros legislativos que apoiam e promovem a propriedade da terra pelas mulheres e o acesso e controlo de terras em zonas urbanas e rurais.

Em muitos países africanos, as normas sociais e culturais determinam os dois principais canais por meio dos quais se concede o acesso à terra às mulheres. Estes canais são a herança e o casamento, o que representa graves entraves para a emancipação económica da mulher. A desigualdade de género no acesso e posse de terra é generalizada e persistente. Dos 33 países para os quais existem dados, apenas Cabo Verde atingiu a paridade perfeita. A Namíbia e o Ruanda seguem de perto com uma pontuação de paridade de 8. Apenas 4 países (Botswana, Gana, as Comores e Malawi) atingiram a paridade média de 5 (ver Figura 2).

Esta constatação aponta para pelo menos

dois problemas fulcrais de política que têm implicações políticas. O primeiro é a desfasagem entre a abrangência dos quadros de política e a sua aplicação. Por exemplo, o acesso à terra e a propriedade de terra são direitos humanos básicos de que muitas mulheres não usufruem em África, apesar de ser a espinha dorsal da agricultura em muitas economias rurais. Como resultado, as mulheres não podem hipotecar a terra como garantia para acesso ao financiamento de que precisam para expandir os seus negócios e aumentar a produtividade. O segundo problema de política é a escassez de dados com a perspectiva de género sobre o acesso e propriedade da terra. Muitos países não dispõem de dados para os principais indicadores sobre a terra. Para responder a este desafio, utilizou-se uma combinação de fontes de dados e dados substitutos a fim de recolher dados sobre o acesso e propriedade da terra pelas mulheres. Ver anexo 2.

Figura 2: Pontuação do sector referente à igualdade do género no acesso e posse de terra



iv. Acesso ao crédito

Para medir a paridade entre mulheres e homens no tocante ao acesso ao crédito, o estudo utilizou dois indicadores – dispor de uma conta junto de uma instituição financeira e obter empréstimos junto uma instituição financeira. Em termos gerais, a África fez alguns progressos no que toca ao acesso ao crédito pelas mulheres, havendo um número significativo de mulheres a obterem empréstimos junto de uma instituição financeira (ver Figura 4). No entanto, os progressos são lentos, visto que apenas 8 dos 43 países para os quais os dados estavam disponíveis, demonstraram acesso igual para homens e mulheres ou acesso mais facilitado para a mulher aos mecanismos de crédito.

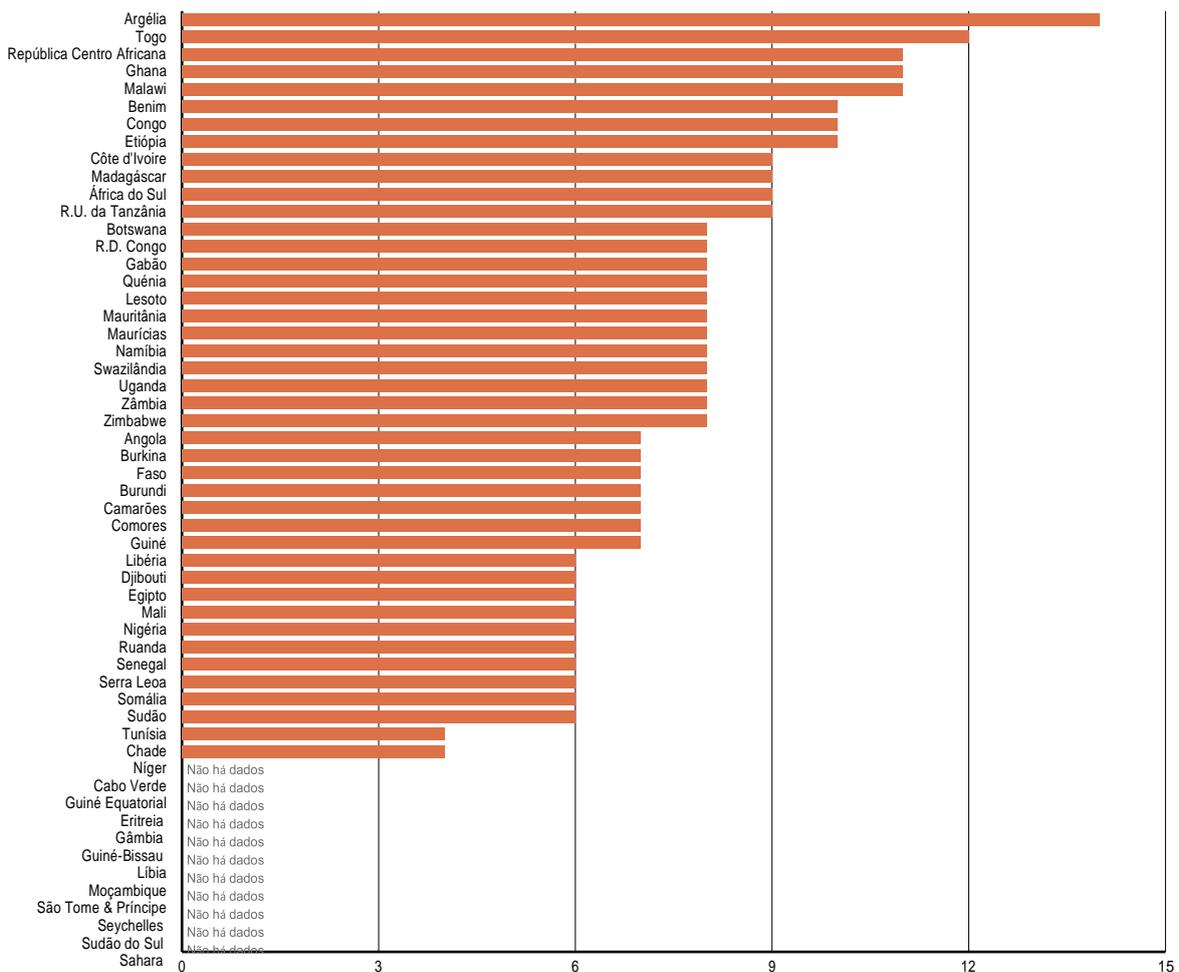
A Figura 3 mostra que em alguns países africanos, uma percentagem maior de mulheres tem acesso geral ao crédito. A República Centro Africana ultrapassou a paridade, ao passo que o Gana e a África do Sul atingiram a perfeita

paridade. Outros 10 países (Botswana, Burundi, Etiópia, Gabão, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia) estão próximo da paridade com uma pontuação de 9. Ainda assim, esses números não devem esconder os desafios com que as mulheres se deparam no seu acesso aos instrumentos financeiros e empréstimos significantes para a expansão dos negócios e melhorar os meios de subsistência. Existe uma tendência por parte das instituições financeiras formais de concederem tipos de instrumentos de crédito marginais ou mais baixos para as mulheres em comparação com os homens.

B. Principais resultados no cluster de desenvolvimento social

Neste cluster foram seleccionadas a saúde e a educação uma vez que são vitais para o reforço das capacidades e aptidões da mulher para ultrapassar as suas vulnerabilidades.

Figura3: Pontuação do sector referente à igualdade do género no acesso ao crédito



Fonte: compilação do autor

i. Saúde Infantil e Adulta

Em termos de saúde infantil, o classificador teve em consideração a prevalência da mortalidade e desnutrição de e em crianças menores de cinco anos. A panorâmica geral indica que a quota-parte da mortalidade infantil pertencente à África é significativamente maior do que a média mundial. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015), o risco de uma criança com menos de cinco morrer em África é 7 vezes maior do que a média regional na Europa. Os resultados do indicador indicam que 27 países em África têm taxas de mortalidade de crianças com menos de cinco anos acima da média Africana, que é de 84 mortes por cada 1.000 nascidos vivos. Desses países, Angola e a Serra Leoa têm as maiores taxas de mortalidade infantil, de 152 e 159 mortes por cada 1000 nascimentos respectivamente

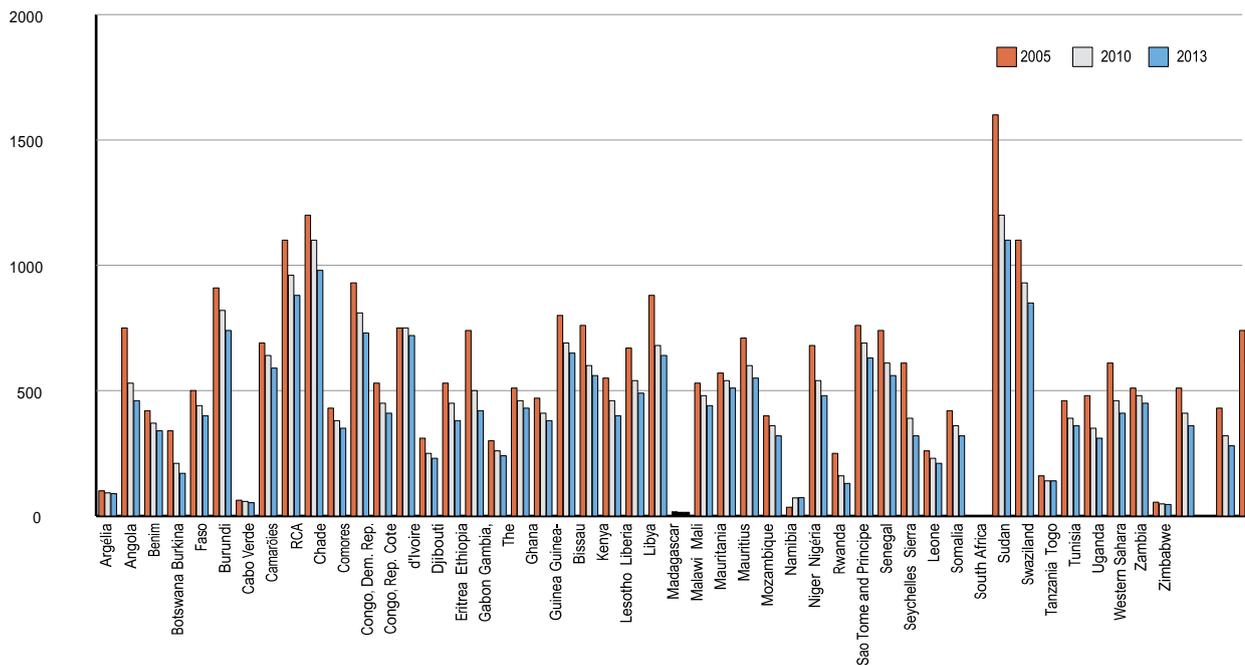
A proporção das taxas de sobrevivência entre meninos e meninas (calculado com base em 1000 nascimentos subtraindo o número de mortes de menores de cinco anos por sexo) também indica a paridade para a maioria dos países de África. Isto pode ser explicado pelo facto de, em termos fisiológicos, as meninas terem uma maior probabilidade de sobrevivência do que os rapazes. A prevalência da desnutrição em crianças menores de cinco anos também mostra tendências semelhantes. Geralmente, as crianças em África e na Ásia estão mais propensas a sofrer de raquitismo do que as crianças de qualquer outra região do mundo. Os países africanos com as menores percentagens de crianças com raquitismo são a Argélia, a Mauritânia, Marrocos, Senegal, Uganda, Gabão e a Líbia (consulte o anexo 3, que apresenta uma desagregação dos indicadores para este sector).

ii. Mortalidade Materna

A mortalidade materna é considerada uma dimensão autónoma por ser uma questão que diz exclusivamente respeito à mulher. Assim sendo, o rácio não foi objecto de pontuação mas sim de medição antes e após a Campanha sobre a Aceleração da Redução da Mortalidade Materna em África (CARMMA) (ver Figura 4). O rácio da mortalidade materna em África foi reduzido de 870 mortes por cada 100.000 nascidos vivos em 1990 para 460 em 2013. Em termos gerais, o continente conseguiu uma redução de 47 por cento e uma variação anual da média percentual de 2.7 desde 1990 até 2013.

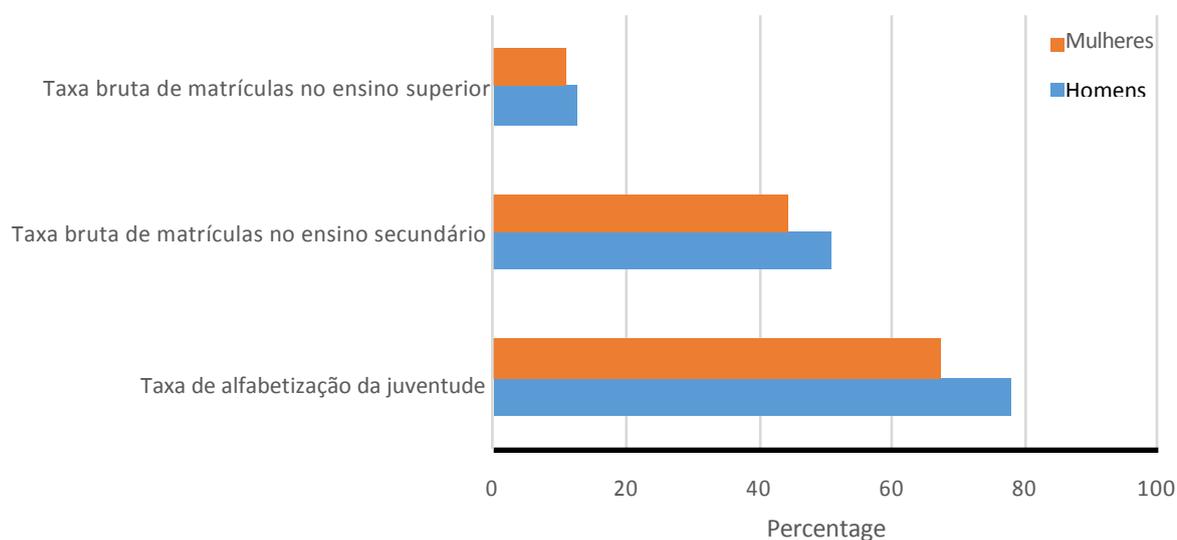
No entanto, apesar deste desempenho, a África ainda é responsável por 63 por cento das mortes maternas no mundo. Apesar de algumas reduções na percentagem total de pessoas que vivem com VIH em alguns países, as médias regionais mostram que o VIH afecta um número significativo de pessoas em África. No entanto, em alguns países, nomeadamente Maurícias, Egipto, Madagáscar e a Tunísia, a proporção de mulheres que vivem com o VIH é menor do que de homens. Estes países têm também um número de casos significativamente menor de VIH em termos gerais, comparando com o resto do continente. Apoiando algumas das conclusões a que se chegou na análise do indicador, um relatório recente do Programa Conjunto de VIH/SIDA das Nações Unidas (ONUSIDA), indicou que o aumento significativo de pessoas que vivem com o VIH em África pode ser atribuído à redução das mortes relacionadas com o SIDA.

Figura 4: Rácio de mortalidade materna pré e pós CARMMA por país.



Fonte: Compilação do Autor

Figura 5: Igualdade de género no ensino em África



Fonte: UNESCO, tendo as medias sido calculadas pelo Centro Africano de Estatística da CEA.

iii. Educação

Foram feitos progressos louváveis pelos países africanos em todos os 3 subcomponentes seleccionados do sector da educação: alfabetização, matrículas no ensino secundário e superior. A educação é um dos sectores em que houve avanços significativos para o alcance da paridade

entre meninas e meninos, especialmente no ensino primário. No entanto, o que é essencialmente preocupante é a taxa de retenção das meninas nas escolas, devido a vários factores tais como estereótipos do género, casamento precoce, falta de instalações sanitárias para as meninas e a carga de trabalho doméstico não remunerado (veja figura 5).

iv. Água e Saneamento

O acesso à água potável e ao saneamento adequado é um direito humano básico do qual os agregados familiares pobres (especialmente em zonas rurais e remotas) nem sempre desfrutam. Existem grandes disparidades entre as zonas urbanas e rurais, tal como a Figura 6 o ilustra.

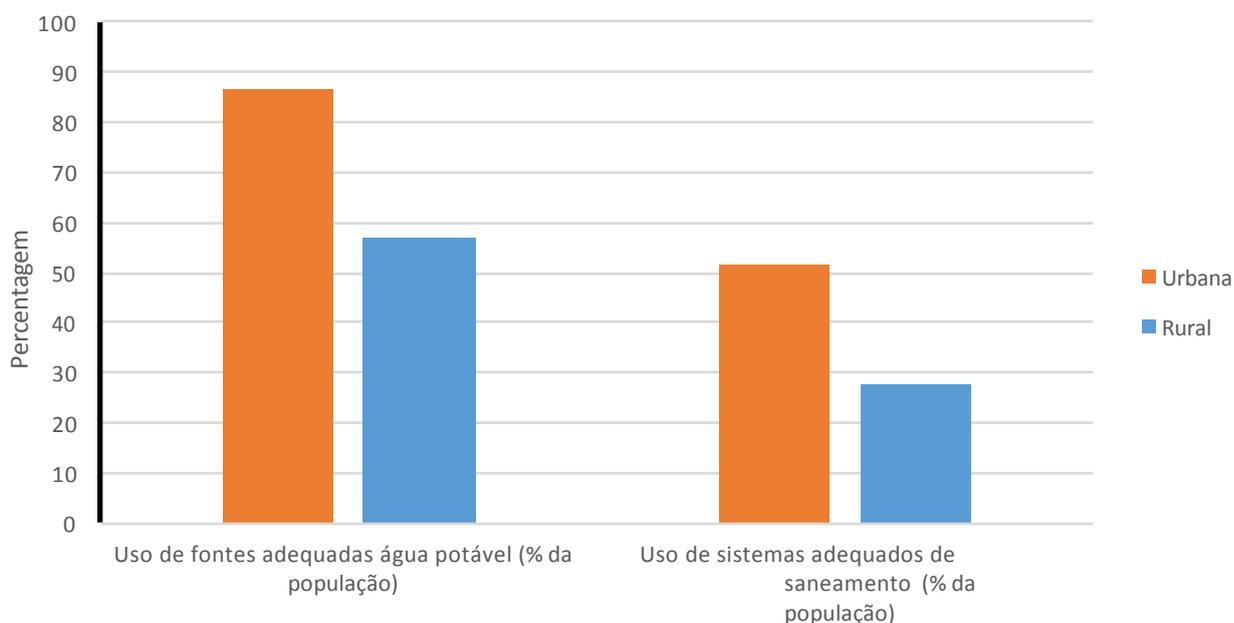
Cerca de 87 por cento das famílias urbanas têm acesso a melhores fontes de água potável, em comparação com 57 por cento dos agregados familiares rurais.

É importante referir que os dados numéricos regionais para os agregados urbanos e rurais teriam sido mais baixos se o indicador da qualidade da água estivesse disponível e tivesse sido incluído na medição. Infelizmente, não há dados disponíveis sobre a qualidade da água acessível às famílias. O acesso à água potável constitui um desafio crucial em África. As populações rurais fazem recurso a várias fontes de água, tais como rios, lagos e lagoas. A responsabilidade de acarretar água recai principalmente às mulheres e meninas e estima-se que em África (Central, Oriental, Austral e Ocidental), elas gastem até 4 horas por dia neste trabalho não remunerado (OMS e UNICEF, 2010), o que se traduz em cerca de 40 mil milhões de horas por ano. Estima-se que o valor monetário deste trabalho seja o equivalente ao valor anual do trabalho de toda a força de trabalho na França (IPCD, 2014). Se não tivessem que fazer esse trabalho, as mulheres poderiam aumentar a sua produção agrícola até 20 a 30 por cento. Além disso, isto impede a educação das meninas o que reduz as oportunidades socioeconómicas futuras.

Os dados numéricos regionais do saneamento são mais alarmantes para os moradores urbanos e rurais. Apenas 51 por cento dos agregados familiares urbanos e 28 por cento dos agregados rurais têm acesso a bons sistemas de saneamento

(embora a grande maioria da população viva nas zonas rurais), e os dados seriam ainda piores se a qualidade dos sistemas de água e de saneamento tivessem sido tidos em conta. O fenómeno da defecação a céu aberto praticado em algumas áreas rurais na Ásia e em África, embora em apenas alguns países, é uma questão de preocupação para a saúde e o bem-estar da população.

Figura 6: Acesso à água e saneamento por local de residência em África em 2012



Fonte: OMS e UNICEF (2014). Relatório de Conjunto de Monitorização. Progressos na Água Potável e Saneamento: Actualização de 2014, com as médias calculadas pelo Centro Africano para Estatísticas da CEA.

C. Cluster da Emancipação Política

O desempenho registado por África no aumento da proporção de mulheres na política e na tomada de decisão tem sido notável, tornando o continente no terceiro continente mais avançado em termos de participação das mulheres nos parlamentos nacionais e nos órgãos políticos de decisão, que foram os dois indicadores utilizados no *cluster*.

A África do Sul encontra-se em segundo lugar com 41,5% de assentos parlamentares ocupados por mulheres, com uma quota semelhante em cargos ministeriais (ver Figura 7 sobre o desempenho do país em relação às mulheres em cargos ministeriais e nos parlamentos nacionais). A média regional da quota de assentos no parlamento situa-se em 22,4 % para as mulheres e 77,6 % para os homens, havendo uma média ligeiramente inferior em relação à quota de cargos ministeriais ocupados por mulheres.

i. Mulheres em Cargos Ministeriais e nos Parlamentos Nacionais

A análise dos indicadores indica melhorias nos rácios entre homens e mulheres tanto na política como na tomada de decisão a nível parlamentar e ministerial. No entanto, apesar da campanha de paridade 50:50 da União Africana, apenas o Ruanda alcançou e ultrapassou esta meta, com uma pontuação total de 12.

Figura7: Desempenho dos Países em relação às Mulheres em Cargos Ministeriais e Parlamentos Nacionais

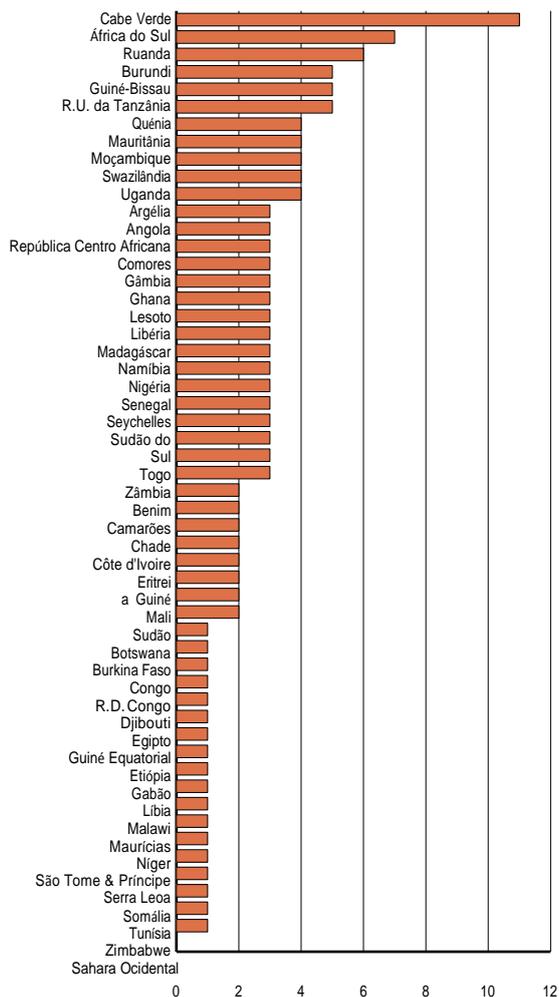


Diagrama 1: Mulheres em cargos ministeriais

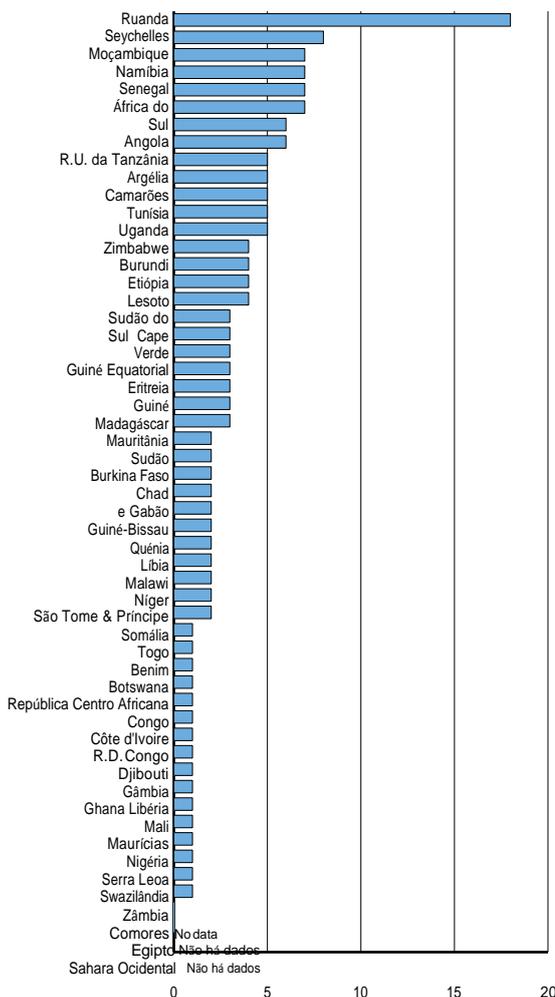


Diagrama 2: Assentos nos parlamentos

Fonte: compilação do autor

D. Principais mensagens políticas

As tendências de crescimento crescentes do continente indicam que "a África está a subir" e este novo ímpeto pode ser transformado em oportunidades para emancipar as mulheres e meninas, se forem empreendidas mais acções para encurtar a longa jornada para a mudança transformadora.

Os países africanos fizeram avanços importantes no sentido de alcançar a igualdade de género, mas o caminho e o ritmo do progresso devem ser acelerados a fim de atingir uma mudança duradoura nas vidas das mulheres e das meninas.

O compromisso da transformação estrutural assumido pelos chefes de Estado e de Governo

de África abre uma janela de oportunidade para melhores políticas e programas que respondam melhor ao género especialmente nos sectores não-tradicionais como exploração mineira e agronegócios.

O progresso tem sido mais significativo nos clusters do desenvolvimento social (saúde e educação) e da emancipação política do que no cluster económico.

Um desafio político omnipresente para tratar das questões de género é a falta de dados precisos. Muitos países ainda não investem na institucionalização da recolha, análise e utilização de estatísticas sobre o género – a fim de servirem de base para a formulação de políticas e programas.

IV. Recomendações em matéria de política

Os resultados acima expostos do indicador apontam para desigualdades generalizadas em alguns sectores de desenvolvimento apesar dos avanços consideráveis que estão a ser feitos. Isto indica duas coisas: primeiro, as disparidades iniciais de género em certos sectores continuam e, segundo, o caminho e o ritmo do progresso continuam a ser insuficientes para acelerar as mudanças na vida das mulheres e meninas no continente.

Os países africanos adoptaram vários instrumentos jurídicos fundamentais tais como a Agenda 2063, a Declaração Solene sobre a Igualdade de Género em África e o Protocolo de Maputo, a Carta Africana sobre os Direitos da Mulher, tendo também promulgado de leis e definido políticas. No entanto, a aplicação efectiva das leis e a implementação de políticas continua a ser um grande desafio, o que leva alguns a questionar o empenho político dos dirigentes africanos. Portanto, existe uma necessidade de intervenções políticas e investimentos bem concebidos e direccionados para solucionar as deficiências em matéria de igualdade de género em África e a agenda de emancipação da mulher, tal como reflectido pelo indicador.

A intenção das afirmações que se seguem é centrar-se nas acções, resultados práticos e mudanças:

O indicador deve inspirar a implementação do primeiro Plano de Acção Decenal de Agenda 2063. Comissão da União Africana terá que refinar os indicadores e metas do plano de acção a fim de incorporar as dimensões do género e os resultados da análise efectuada para cada um dos sete sectores (emprego, sector empresarial, acesso à terra, acesso ao crédito, educação, saúde e mulheres na política e na tomada de decisão) neste relatório.

Para cada um dos três clusters – emancipação económica, desenvolvimento

social e emancipação política – devem ser formuladas e implementadas acções e programas políticos pelos governos africanos a fim de dar resposta aos problemas e barreiras de género específicas e acima analisadas.

Embora sejam necessárias acções urgentes em todos os clusters, o cluster económico requer atenção especial devido às desigualdades de género profundas ali detectadas, comparando com os outros dois clusters. As mulheres têm potencial para impulsionar a agenda da transformação estrutural de África, se as múltiplas barreiras que enfrentam em termos de propriedade de terra, acesso a financiamento significativo e acesso ao crédito e à tecnologia forem urgentemente resolvidas. Os governos devem garantir a eliminação de leis discriminatórias, assegurando ao mesmo tempo a aplicação plena de leis isentas de discriminação baseada no género. É necessário também que os governos acompanhem o progresso e avaliem o impacto das suas acções sobre a condição e o bem-estar das mulheres e raparigas.

Há necessidade de apoiar o acesso das mulheres a recursos e serviços financeiros substanciais (além do micro crédito), através da revisão das condições de atribuição do empréstimo e da prestação de garantias para as mulheres que não tenham garantia.

Um apelo especial para a necessidade de haver uma revolução de dados que tenham em conta a dimensão do género. Os países africanos não conseguirão implementar os compromissos em matéria de igualdade de género e de emancipação da mulher de maneira eficiente, a menos que invistam em estatísticas que tenham em conta a dimensão do género. A este respeito, precisa-se urgentemente de políticas e acções públicas para revolucionar os sistemas estatísticos em África, por meio de acções como as seguintes:

- Retirar todos princípios e mecanismos discriminatórios ao género por meio de uma revisão dos dados e da gestão dos sistemas de informação.
- Considerar o género como uma variável na concepção, recolha e análise de dados;
- 21 ▪ Reforçar a capacidade dos estatísticos

e responsabilizá-los pela recolha e gestão de dados estatísticos que tenham em conta a dimensão do género;

- Criar mecanismos que fortalecem a interacção entre os estatísticos nacionais, planeadores de desenvolvimento e funcionários dos ministérios sectoriais.

V. Conclusão

Esta primeira fase do indicador foi para abrir os olhos, apesar das dificuldades no acesso aos dados disponíveis. A investigação permitiu à Comissão da União Africana identificar barreiras cruciais para a implementação dos compromissos dos Estados Membros em matéria de igualdade de género e emancipação da mulher. Proporcionou também informações sobre os desafios que existem pela frente para a implementação da Agenda 2063.

Por isso, enquanto ferramenta de monitoramento da Agenda 2063, o indicador será actualizado regularmente para apoiar os planos de acção decenais da Agenda e a sua implementação. Além disso, os sectores e os indicadores serão gradualmente expandidos para terem em conta parâmetros de desenvolvimento mais amplos, a fim de medir eficazmente o progresso e os impactos dos demais compromissos políticos regionais sobre os Estados Membros.

VI. Referências seleccionadas

- African Capacity Building Foundation* (2015). *Assegurar o Futuro de África por meio da Capacitação*. Disponível em <http://www.acbf-pact.org/sites/default/files/Africa%20Capacity%20Bulletin%207.pdf>. Accessed 6 June 2015.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2015). *Perspectiva Económica Africana*. Disponível em http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2015/PDF_Chapters/Overview_AEO2015_EN-web.pdf. Accessed 6 June 2015.
- Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (2010). *The World's Women 2010: Trends and Statistics*. New York.
- Doss, C., Kovarick, C., Peterman, A., Quisumbing, A. R., van den Bold, M. (2013). *Gender inequalities in ownership and control of land in Africa: Myths versus reality*. Poverty, Health, and Nutrition Division, IFPRI Discussion Paper 01308. Available from <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ifpridp01308.pdf>.
- Comissão Económica para África (2007). *Women and access to land and credit: Discussions and key findings of the African Gender Development Index in selected African countries*. Addis Ababa.
- Comissão Económica para África (2011). *African Gender and Development Index: Promoting gender equality in Africa*. Addis Ababa.
- Comissão Económica para África (2015). *Economic Report on Africa: Industrializing through trade*. Addis Ababa.
- FAO (2011). *The State of Food and Agriculture. Women in Agriculture: Closing the Gender Gap*. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>. Accessed 6 June 2015.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2015). *Base de Dados do Género e Direito à Terra*. Disponível em <http://www.fao.org/gender-landrights-database/data-map/statistics/en/>. Accessed 12 May 2015.
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (2014). *Third Level Task Force for ICPD. Smart investments for Financing the Post-2015 Development Agenda*.
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (2015). *High-level Taskforce for ICPD, Rights, Dignity, and Health for All, Smart Investments for Financing the Post-2015 Development Agenda*. Disponível em <http://icpdtaskforce.org/wp-content/uploads/2015/01/FinancingBriefSmartInvestments2015.pdf>. Accessed 6 June 2015.
- Organização Internacional do Trabalho (2015). *ILO Statistics Database*. Disponível em http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata?_afL oop=347256508084672#%40%3F_ afrLoop%3D347256508084672%26_adf.ctrl-state%3Ddreybf4il_4. Accessed 12 May 2015.
- União Interparlamentar (2015). *IPU Statistical Archive: Women in Parliament*. Available from <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Accessed 12 May 2015.
- Lovewitness (2008). *Oh African Woman*. Available from <https://totallyfemale.wordpress.com>. Accessed 12 May 2015.
- McKinsey & Company (2007). *Women matter. Gender diversity, a corporate performance driver*.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom* (1st ed.). New York: Oxford University Press.

United Nations (2012), *The Future We Want*. Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development. Available from https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf. Accessed 12 May 2015

United Nations Development Programme (2015). *Human Development Reports Database*. Available from <http://hdr.undp.org/en/69206>. Accessed 12 May 2015.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2015). *Institute of Statistics Education Database*. Available from <http://data.uis.unesco.org/>. Accessed 12 May 2015.

United Nations Children's Fund (2015). *Monitoring the Situation of Children and Women*. Available from <http://data.unicef.org/#>. Accessed 12 May 2015.

Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (2015). *Global AIDS Response Progress Reporting 2015*. Geneva.

World Bank (2013). Enterprise Surveys Data. Available from <http://www.enterprisesurveys.org/data>. Accessed 12 May 2015.

World Bank (2014). *World Development Indicators Data Catalogue*. Available from <http://data>.

worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators. Accessed 12 May 2015.

World Bank (2014). *Global Financial Inclusion Database 2014*. Available from <http://datatopics.worldbank.org/inancialinclusion/>. Accessed 12 May 2015.

World Health Organization (2014). *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2013*. Geneva.

World Health Organization (2015). *Global Health Observatory Data: Under-five mortality*. Available from http://www.who.int/gho/child_health/mortality/mortality_under_five_text/en/. Accessed 12 May 2015.

World Health Organization and United Nations Children's Fund (2010). *Joint Monitoring Report. Progress on Sanitation and Drinking Water: Fast Facts*.

World Health Organization and United Nations Children's Fund (2014). *Progress on Drinking Water and Sanitation: 2014 Update*. Available from http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2014_web_Eng.pdf. Accessed 6 June 2015.

Anexo1:Lista dos indicadores para o Classificador Africano do Género

A. Emprego

Nome do indicador no classificador	Emprego fora do sector da agricultura
Nome do indicador na fonte	Proporção de mulheres com emprego remunerado fora do sector da agricultura (percentagem do total do emprego fora da agricultura)
Definição	<p>Número total de mulheres com emprego remunerado no sector industrial e dos serviços dividido pelo número total de pessoas com emprego remunerado no mesmo sector e multiplicado por 100.</p> <p>O sector industrial compreende a exploração mineira e em pedreiras (incluindo a produção de petróleo), indústria transformadora, construção, electricidade, gás e água, correspondendo às divisões 2-5 (Revisão CITA 2) ou Categorias de Tabulação C-F (Revisão CITA 3). O sector de serviços compreende o comércio a grosso, comércio a retalho e restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; finanças, seguros, imobiliários e negócios; e serviços comunitários, sociais e pessoais, correspondendo às divisões 6-9 (Revisão CITA 2) ou Categorias de Tabulação G-P (Revisão CITA 3).</p> <p>Emprego remunerado diz respeito apenas aos assalariados e empregados ou pessoas assalariadas em empregos assalariados. Os empregados são normalmente remunerados com ordenados e salários, mas também podem ser pagos por comissões sobre as vendas, unidades de obra realizadas, bónus ou pagamentos em espécie, tais como alimentos, habitação e formação. Emprego remunerado não inclui o emprego por conta própria (empregadores, trabalhadores por conta própria, membros da cooperativas de produtores e familiares dos trabalhadores que contribuem).</p>
Fonte	Banco Mundial
Anos utilizados	1992-2012

Nome do indicador no classificador	Taxa de participação na força de trabalho
Nome do indicador na fonte	Taxa de participação da força de trabalho feminina adulta (percentagem) Taxa de participação da força de trabalho masculina adulta (percentagem)
Definição	<p>A taxa de participação da força de trabalho é a força de trabalho dividida pela população activa durante o mesmo período de referência.</p> <p>A força de trabalho integra todas as pessoas em idade activa que fornecem o recurso trabalho para a produção de bens e serviços (tal como definido pela fronteira de produção do sistema de contas nacionais das Nações Unidas), durante um período de tempo de referência especificado. Refere-se à soma de todas as pessoas de idade activa que estiverem empregadas e aquelas que estiverem desempregadas.</p> <p>Para efeitos de comparabilidade internacional, a população activa é considerado como as pessoas com 15 anos e acima.</p>
Fonte	Organização Internacional do Trabalho
Anos utilizados	2012

B. Sector Empresarial

Nome do indicador no classificador	Cargos directivos em empresas
Nome do indicador na fonte	Percentagem de empresas com mulheres com cargos directivos altos
Definição	Percentagem de empresas com mulheres com cargos directivos altos. Os dados são recolhidos por meio de um inquérito junto das empresas com base numa amostra representativa do sector privado de uma dada economia.
Fonte	Inquérito do Banco Mundial às Empresas
Anos utilizados	2006-2014
Nome do indicador no classificador	Propriedade de empresas
Nome do indicador na fonte	Percentagem de mulheres como accionistas de empresas
Definição	Número de empresas com mulheres entre os proprietários, dividido pelo número total de empresas. Os dados são recolhidos num inquérito junto das empresas a partir de uma amostra representativa do sector privado de uma dada economia.
Fonte	Inquérito do Banco Mundial às Empresas
Anos utilizados	2006-2014

C. Mulher na política

Nome do indicador no classificador	Representação no Parlamento
Nome do indicador na fonte	Proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais (percentagem)
Definição	Número de assentos ocupados por mulheres deputadas nas câmaras únicas ou baixas dos parlamentos nacionais, dividido pelo número total de assentos no Parlamento. Os parlamentos nacionais podem ser de uma só câmara ou unicameral e com duas câmaras ou bicameral. Este indicador cobre os parlamentos unicamerais e a câmara baixa nos parlamentos bicamerais. Não cobre a câmara alta dos parlamentos bicamerais. Os assentos são geralmente conquistados pelos deputados em eleições parlamentares. Os assentos podem também ser preenchidos por nomeação, designação, eleição indirecta, rotação dos membros e eleições parciais. Os assentos referem-se ao número de mandatos parlamentares ou ao número de deputados do Parlamento.
Fonte	União Interparlamentar com base na informação fornecida pelos parlamentos nacionais
Anos utilizados	2012-2015
Nome do indicador no classificador	Cargos Ministeriais – Governo
Nome do indicador na fonte	Proporção de mulheres em cargos ministeriais (percentagem)

Definição	Número de mulheres em cargos ministeriais, dividido pelo número total de ministros e multiplicado por 100. O total integra as vices primeiras-ministras e as ministras. Os Primeiros-ministros também foram incluídos quando detinham pastas ministeriais. As Vice-presidentes e chefes de departamentos ou instituições de nível ministerial também foram incluídas quando exercem uma função ministerial na estrutura de governo.
Fonte	União Interparlamentar com base na informação fornecida pelos parlamentos nacionais
Anos utilizados	2015

D. Educação

Nome do indicador no classificador	Youth literacy rate
Nome do indicador na fonte	Taxa de alfabetização entre jovens, população do sexo feminino 15-24 anos, (percentagem) Taxa de alfabetização entre jovens, população do sexo masculino 15-24 anos, (percentagem)
Definição	Número de pessoas com idades entre 15 a 24 anos que sabe ler e escrever com compreensão de uma frase curta simples na sua vida quotidiana. É calculado com base no número de pessoas com idades entre 15 a 24 anos alfabetizadas, dividido pelo total da população do mesmo grupo etário multiplicado por 100. Geralmente, a "alfabetização" engloba também a "aritmética", a capacidade de executar cálculos aritméticos simples.
Fonte	Instituto de Estatística da Organização das NU para Educação e Cultura (UNESCO)
Anos utilizados	2006-2012
Nome do indicador no classificador	Rácio de matrículas no ensino secundário
Nome do indicador na fonte	Rácio de matrículas brutas no ensino secundário - sexo feminino (percentagem) Rácio de matrículas brutas no ensino secundário - sexo masculino (percentagem)
Definição	Número de estudantes matriculados num determinado nível de ensino independentemente da sua idade, dividido pela população do grupo etário que corresponde oficialmente com aquele nível de ensino e multiplicado por 100.
Fonte	Instituto de Estatística da Organização das NU para Educação e Cultura (UNESCO)
Anos utilizados	1999-2014
Nome do indicador no classificador	Rácio de matrículas no ensino superior
Nome do indicador na fonte	Rácio de matrículas brutas no ensino superior - sexo feminino (percentagem) Rácio de matrículas brutas no ensino superior - sexo masculino (percentagem)
Definição	Número de estudantes matriculados num determinado nível de ensino independentemente da sua idade, dividido pela população do grupo etário que corresponde oficialmente com aquele nível de ensino e multiplicado por 100. Para o nível superior, a população utilizada é o grupo etário de 5 anos a partir da idade oficial de graduação do ensino secundário.
Fonte	Instituto de Estatística da Organização das NU para Educação e Cultura (UNESCO)
Anos utilizados	2000-2014

E. Acesso ao Crédito

Nome do indicador no classificador	Disponível de uma conta junto de uma instituição financeira
Nome do indicador na fonte	Pessoas com mais de 15 anos do sexo feminino com conta junto de uma instituição financeira (percentagem) Pessoas com mais de 15 anos do sexo masculino com conta junto de uma instituição financeira (percentagem)
Definição	Percentagem de inquiridos que informaram ter uma conta (deles mesmo ou junto com outra pessoa) num banco ou noutro tipo de instituição financeira.
Fonte	Banco Mundial, Base de Dados sobre Inclusão Financeira Mundial
Anos utilizados	2011-2014
Nome do indicador no classificador	Obtenção de empréstimos junto de uma instituição financeira
Nome do indicador na fonte	Pessoas com mais de 15 anos do sexo feminino que obtiveram empréstimo junto de uma instituição financeira (percentagem) Pessoas com mais de 15 anos do sexo masculino que obtiveram empréstimo junto de uma instituição financeira (percentagem)
Definição	Percentage of respondents who report borrowing money from a bank or other type of financial institution in the past 12 months
Fonte	Banco Mundial, Base de Dados sobre Inclusão Financeira Mundial
Anos utilizados	2011-2014

F. Acesso à Terra

Nome do indicador no classificador	Acesso à Terra Devido a limitações sérias de dados, foram incluídos quatro indicadores diferentes, sendo todos variáveis do acesso à terra.
Nome do indicador na fonte	Os quatro indicadores utilizados são: Mulheres detentoras de explorações agrícolas (percentagem de mulheres detentoras de explorações agrícolas do total de detentores de explorações agrícolas) Homens detentores de explorações agrícolas (percentagem de homens detentores de explorações agrícolas do total de detentores de explorações agrícolas) Para o Benim e o Níger: Percentagem de mulheres que estiverem na posse de terras sem documentos, Percentagem de homens que possuem terras sem documentos no Gana: Percentagem de mulheres proprietárias de terra Para Angola, Eritreia, Quênia, Namíbia, Ruanda e Serra Leoa: A pontuação é baseada nos quadros legislativos sobre a terra que apoiam a propriedade e acesso à terra por parte das mulheres

Nome do indicador no classificador	Acesso à Terra Devido a limitações sérias de dados, foram incluídos quatro indicadores diferentes, sendo todos variáveis do acesso à terra.
Nome do indicador na fonte	<p>Percentagem de detentores de explorações agrícolas: número de mulheres ou homens detentores de explorações agrícolas dividido pelo número total detentores de explorações agrícolas multiplicado por 100. Uma exploração agrícola é uma unidade económica da produção agrícola sob uma única direcção. Por definição nos censos agrícolas, o detentor de uma exploração toma as principais decisões em relação ao uso dos recursos e exerce o controlo sobre a gestão da exploração agrícola. A percentagem de mulheres e homens detentores por país nem sempre se soma a 100 por causa de explorações conjuntas ou pelo facto do género do titular não estar documentado.</p> <p>Percentagem de mulheres e homens que são detentoras de terras sem documentos: terras sem documentos incluem as terras que não foram registadas (títulos e acções).</p> <p>Percentagem de mulheres latifundiárias do número total de latifundiários.</p>
Definição	<p>Base de Dados do Género e Direitos Fundiários da FAO</p> <p>Para o Benim: Índice de África sobre o Desenvolvimento do Género Africa, CEA 2007</p> <p>Para o Níger: estudo do IFPRI sobre desigualdade de género e propriedade e controlo de terra em África</p> <p>Base de Dados do Género e Direitos Fundiários da FAO</p> <p>Investigação interna na CEA</p>
Fonte	<p>1990-2012</p> <p>2007</p> <p>2013</p> <p>2010</p> <p>2015</p>

G. Saúde

Nome do indicador no classificador	Rácio de mortalidade materna Não é utilizado para a pontuação
Nome do indicador na fonte	Rácio de mortalidade materna
Definição	Número anual de mortes de mulheres por qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou sua gestão (excluindo causas acidentais ou incidentais) durante a gravidez e o parto ou dentro de 42 dias antes do fim da gravidez, independentemente da duração e do local da gravidez, por 100.000 nascidos vivos, para um determinado ano.
Fonte	Relatório do FNUAP, UNICEF, OMS e Banco Mundial sobre as Tendências na Mortalidade Materna
Anos utilizados	2013
Nome do indicador no classificador	Taxa de sobrevivência de menores de cinco anos

Nome do indicador na fonte	A taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos do sexo feminino (probabilidade de morrer até aos 5 anos de idade por cada 1000 nascidos vivos). Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos do sexo masculino. A taxa de sobrevivência de crianças menores de cinco anos no indicador é calculada subtraindo a taxa de mortalidade de cinco anos de 1000.
Definição	Probabilidade de uma criança nascida num determinado ano chegar a cinco anos.
Fonte	UNICEF
Anos utilizados	2013
Nome do indicador no classificador	Esperança de vida no nascimento
Nome do indicador na fonte	Esperança de vida no nascimento para nascidos do sexo feminino Esperança de vida no nascimento para nascidos do sexo masculino
Definição	Número médio de anos de vida esperados por um coorte hipotético de indivíduos que estariam sujeitos às taxas de mortalidade de um determinado período durante toda a sua vida. É expressa em anos.
Fonte	Divisão das Nações Unidas sobre População
Anos utilizados	2014
Nome do indicador no classificador	Proporção da população sem VIH
Nome do indicador na fonte	Proporção de mulheres entre a população com mais de 15 anos que vive com o VIH (percentagem) A proporção da população de mulheres sem VIH é calculada subtraindo a proporção com HIV de 100.
Definição	Percentagem do total da população com mais de 15 anos do sexo feminino sem VIH
Fonte	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (por meio da base de dados do Banco Mundial)
Anos utilizados	2013
Nome do indicador no classificador	Crianças com menos de cinco anos que não sofram de raquitismo
Nome do indicador na fonte	Prevalência da desnutrição, altura para a idade, sexo feminino (percentagem de crianças menores de 5 anos) Prevalência da desnutrição, altura para a idade, sexo masculino (percentagem de crianças menores de 5 anos) A percentagem de crianças que não são raquíticas é calculada subtraindo prevalência de desnutrição, altura para a idade de 100.
Definição	A prevalência de desnutrição em crianças é a percentagem de crianças menores de 5 anos, cuja altura para a idade (raquitismo) é inferior a dois desvios-padrão abaixo da mediana para a população internacional de referência com idades entre 0-59
Fonte	Base de Dados Mundial da Organização Mundial de Saúde sobre Crescimento Infantil e Desnutrição. (por meio da base de dados do Banco Mundial)
Anos utilizados	2005-2014

H. Água e Saneamento

Nome do indicador no classificador	Acesso à uma fonte de água potável a 15 minutos Não é utilizado para calcular a pontuação
Nome do indicador na fonte	Proporção de agregados familiares em zonas urbanas e rurais com uma fonte de água potável num raio de 15 minutos (percentagem).
Definição	Agregados localizados a 15 minutos de uma fonte de água potável: famílias cujos membros têm menos de 15 minutos para ir para a fonte principal de água potável acarretar água e voltar
Fonte	Mulheres do Mundo 2010, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais
Anos utilizados	1996-2007
Nome do indicador no classificador	Melhores serviços de saneamento Não é utilizado para calcular a pontuação
Nome do indicador na fonte	Serviços de saneamento adequados em zonas urbanas e rurais (percentagem da população com acesso)
Definição	O acesso a serviços de saneamento básico diz respeito à percentagem da população, que utiliza serviços de saneamento adequados. Serviços de saneamento adequados compreendem escoamento/despejo (para o sistema de esgoto canalizado, fossa séptica, latrina), latrina ventilada, latrina com laje e casa de banho
Fonte	Banco de dados do Banco Mundial
Anos utilizados	2012

País	Emancipação Económica				Emancipação Política	Emancipação Social		Indicadores Autónomos					
	Sector Empresarial	Sector do Acesso à Terra	Sector do Acesso ao Crédito	Sector do Emprego	Mulheres na política e tomada de decisão	Sector da Educação	Sector da Saúde	Proporção de agregados familiares a 15 minutos de uma fonte de água potável (%)		Acesso a sistemas de saneamento adequados (%)		Rácio de mortalidade materna (por 100,000 nascidos vivos)	
								Urbana	Rural	Urbana	Rural	2005	2013
Argélia	•	0	14	2	4	12	10	97.6	88.4	100	89
Angola	7	0	7	5	4	6	10	86.8	20.1	750	460
Benim	6	1	10	6	1	5	10	72.9	49.9	25.3	5.1	420	340
Botswana	7	5	8	8	1	11	10	77.9	41.8	340	170
Burkina Faso	2	1	7	6	1	7	9	45.0	23.0	50.4	6.7	500	400
Burundi	5	...	7	6	5	8	10	64.6	21.9	42.7	48.1	910	740
Camarões	1	...	7	6	3	8	10	64.6	33.3	61.7	26.8	63	590
Cabo Verde	3	10	...	6	7	12	•	75.2	47.2	690	53
República Centro-Africana	6	...	11	9	2	5	10	62.2	43.0	43.6	7.2	1100	880
Chade	4	...	4	4	2	5	9	73.9	37.3	31.4	6.5	1200	980
Comores	...	5	7	3	1	10	•	86.2	81.1	50.0	29.7	430	350
Congo	3	...	10	6	1	8	9	73.1	34.4	19.6	5.6	530	410
Côte d'Ivoire	•	1	9	4	2	7	10	92.4	55.9	32.7	10.0	750	720
R.D. Congo	1	1	8	6	1	6	10	56.7	22.2	29.1	32.6	930	730
Djibouti	2	...	6	4	1	8	9	89.3	32.3	73.1	21.6	310	230
Egipto	•	1	6	3	1	10	16	99.6	96.5	97.8	94.4
Guiné Equatorial	5	2	7	•	92.2	86.8

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Emancipação Económica				Emancipação Política	Emancipação Social		Indicadores Autónomos					
	Sector Empresarial	Sector do Acesso à Terra	Sector do Acesso ao Crédito	Sector do Emprego	Mulheres na política e tomada de decisão	Sector da Educação	Sector da Saúde	Proporção de agregados familiares a 15 minutos de uma fonte de água		Acesso a sistemas de saneamento adequados (%)		Rácio de mortalidade materna (por 100,000 nascidos vivos)	
								Urbana	Rural	Urbana	Rural	2005	2013
Eritreia	1	1	...	7	2	•	9	68.7	8.2	51.6	3.5	530	380
Etiópia	4	2	10	8	3	6	9	75.5	26.9	27.4	22.8	740	420
Gabão	3	...	8	7	2	8	9	83.1	51.9	42.9	32.0	300	240
Gâmbia	•	1	...	6	2	•	9	72.1	49.8	64.0	55.0	510	430
Ghana	3	6	11	7	2	8	9	79.6	47.3	19.9	8.4	470	380
Guiné	•	1	7	5	2	5	9	80.5	55.2	32.7	11.2	800	650
Guiné-Bissau	•	5	3	•	10	71.0	48.0	33.5	8.5	760	560
Quénia	6	1	8	7	3	9	10	83.8	43.1	31.3	29.1	550	400
Lesoto	3	4	8	9	3	14	10	75.5	37.0	37.0	26.7	670	490
Libéria	8	...	7	6	2	7	10	72.9	79.3	28.4	5.9	880	640
Líbia	3	1	11	•	96.8	95.7	17	15
Madagáscar	6	2	9	7	3	9	11	72.5	65.0	19.2	11.3	530	440
Malawi	2	5	11	6	2	8	10	57.2	26.8	22.3	8.0	570	510
Mali	8	0	6	6	1	6	9	87.1	81.2	35.3	14.5	710	550
Mauritânia	1	...	8	5	4	7	•	84.8	32.5	51.1	9.2	400	320
Maurícias	•	...	8	6	1	11	•	91.7	90.1	35	73
Moçambique	•	3	...	6	5	8	10	61.6	25.0	43.6	10.7	680	480
Namíbia	5	8	8	8	5	12	10	95.2	57.6	56.1	16.9	250	130
Níger	2	1	4	5	2	5	10	76.9	35.7	32.9	3.8	760	630
Nigéria	2	1	6	5	2	8	10	64.9	51.4	30.8	24.7	740	560
Ruanda	5	8	6	7	12	10	10	47.9	27.0	61.0	64.4	610	320

País	Emancipação Económica				Emancipação Política	Emancipação Social		Indicadores Autónomos					
	Sector Empresarial	Sector do Acesso à Terra	Sector do Acesso ao Crédito	Sector do Emprego	Mulheres na política e tomada de decisão	Sector da Educação	Sector da Saúde	Proporção de agregados familiares a 15 minutos de uma fonte de água		Acesso a sistemas de saneamento adequados (%)		Rácio de mortalidade materna (por 100,000 nascidos vivos)	
								Urbana	Rural	Urbana	Rural	2005	2013
São Tome & Príncipe	5	2	10	11	40.8	23.3	260	210
Senegal	2	1	6	4	5	8	9	90.7	54.2	67.1	40.5	420	320
Seychelles	...	2	...	•	6	18	•	97.1	97.1
Serra Leoa	1	1	6	6	1	7	9	67.2	53.3	22.5	6.8	1600	1100
Somália	6	4	1	•	10	54.5	14.9	52.0	6.3	1100	850
África do Sul	•	...	9	8	7	11	10	95.7	51.0	81.7	62.4	160	140
Sudão do Sul	2	3	•	10	15.7	7.3
Sudão	1	...	6	3	3	10	10	43.9	13.4	460	360
Swazilândia	•	...	8	5	2	10	9	91.0	51.2	63.1	56.0	480	310
Togo	3	...	12	8	2	6	9	74.2	39.4	25.5	2.5	510	450
Tunísia	5	1	6	4	3	12	14	97.4	76.6	55	46
Uganda	3	2	8	7	5	9	10	62.7	15.4	32.8	34.1	510	360
R.U. da Tanzânia	2	2	9	7	5	8	10	68.1	29.6	24.9	7.5	610	410
Saára Ocidental
Zâmbia	7	2	8	6	2	•	10	81.1	46.4	56.4	33.9	430	280
Zimbabwe	7	...	8	7	3	10	10	98.6	38.6	51.6	32.4	740	470

... Nodataavailableforscoring. • Insuicientdataforscoring.

Anexo3: Desagregação dos indicadores para os clusters**Sector do Emprego**

País	Sector do Emprego Pontuação Geral	Emprego fora do sector agrícola	Participação na força de trabalho
Argélia	2	2	2
Angola	5	3	8
Benim	6	3	8
Botswana	8	7	9
Burkina Faso	6	4	8
Burundi	6	2	10
Cabo Verde	6	6	6
Camarões	6	4	8
República Centro Africana	9	9	9
Chade	4	1	7
Comores	3	2	4
Congo	6	4	9
Côte d'Ivoire	4	3	6
R.D. Congo	6	2	9
Djibouti	4	4	5
Egipto	3	2	3
Guiné Equatorial	5	1	9
Eritreia	7	5	9
Etiópia	8	7	8
Gabão	7	5	9
Gâmbia	6	5	8
Ghana	7	5	9
Guiné	5	2	8
Guiné-Bissau	5	1	8
Quênia	7	5	9
Lesoto	9	10	8
Libéria	6	3	9
Líbia	3	2	4
Madagáscar	7	5	9
Malawi	6	1	10
Mali	6	5	6
Mauritânia	5	6	3
Maurícias	6	6	6
Moçambique	6	1	10
Namíbia	8	7	8

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Sector do Emprego Pontuação Geral	Emprego fora do sector agrícola	Participação na força de trabalho
Níger	5	6	4
Nigéria	5	3	7
Ruanda	7	5	10
São Tome & Príncipe	5	5	6
Senegal	4	1	8
Seychelles	•	12	...
Serra Leoa	6	3	9
Somália	4	3	5
África do Sul	8	9	7
Sudão do Sul
Sudão	3	3	4
Swazilândia	5	5	6
Togo	8	7	10
Tunísia	4	4	3
Uganda	7	5	9
R.U. da Tanzânia	7	5	10
Saára Ocidental
Zâmbia	6	3	8
Zimbabwe	7	5	9

Sector Empresarial

País	Pontuação Geral do Sector Empresarial	Cargos Directivos em Empresas	Participação de Mulheres na Estrutura Accionista
Argélia	•	...	2
Angola	7	2	13
Benim	6	4	8
Botswana	7	2	12
Burkina Faso	2	1	2
Burundi	5	2	8
Cabo Verde	3	2	5
Camarões	1	1	2
República Centro Africana	6	1	11
Chade	4	1	7
Comores
Congo	3	2	5
Côte d'Ivoire	•	...	16
R.D. Congo	1	1	2
Djibouti	2	2	3

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

Country	Pontuação Geral do Sector Empresarial	Cargos Directivos em Empresas	Participação de Mulheres na Estrutura Accionista
Egipto	•	...	5
Guiné Equatorial
Eritreia	1	1	0
Etiópia	4	2	5
Gabão	3	1	5
Gâmbia	•	...	3
Ghana	3	2	5
Guiné	•	...	3
Guiné-Bissau	•	...	2
Quénia	6	2	10
Lesoto	3	3	2
Libéria	8	4	11
Líbia
Madagáscar	6	4	7
Malawi	2	2	3
Mali	8	3	14
Mauritânia	1	0	2
Maurícias	•	...	2
Moçambique	•	...	3
Namíbia	5	4	7
Níger	2	1	2
Nigéria	2	2	2
Ruanda	5	2	7
São Tome & Príncipe
Senegal	2	2	3
Seychelles
Serra Leoa	1	1	1
Somália
África do Sul	•	...	3
Sudão do Sul	2	1	3
Sudão	1	0	1
Swazilândia	•	...	4
Togo	3	2	5
Tunísia	5	1	10
Uganda	3	2	4
R.U. da Tanzânia	2	2	3
Sahara Ocidental
Zâmbia	7	3	10
Zimbabwe	7	2	13

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

Sector da Educação

País	Pontuação Geral do Sector da Educação	Taxa de Alfabetização da Juventude	Matrículas no ensino secundário	Matrículas no ensino superior
Argélia	12	9	10	15
Angola	6	8	6	4
Benim	5	6	7	3
Botswana	11	10	11	13
Burkina Faso	7	7	8	5
Burundi	8	10	8	5
Cabo Verde	12	10	12	15
Camarões	8	9	9	7
República Centro Africana	5	6	5	4
Chade	5	8	5	2
Comores	10	10	10	9
Congo	8	9	9	8
Côte d'Ivoire	7	7	7	6
R.D. Congo	6	7	6	6
Djibouti	8	8	8	7
Egipto	10	9	10	10
Guiné Equatorial	7	10	7	4
Eritreia	•	10	...	5
Etiópia	6	7	6	3
Gabão	8	10	9	6
Gâmbia	•	9	9	...
Ghana	8	9	9	6
Guiné	5	6	6	4
Guiné-Bissau	•	9	5	...
Quênia	9	10	9	7
Lesoto	14	12	14	15
Libéria	7	6	8	6
Líbia	11	10	12	11
Madagáscar	9	10	10	9
Malawi	8	9	9	6
Mali	6	7	8	4
Mauritânia	7	7	9	4
Maurícias	11	10	10	12
Moçambique	8	7	9	7
Namíbia	12	11	12	13
Níger	5	4	7	3
Nigéria	8	8	9	7

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Pontuação Geral do Sector da Educação	Taxa de Alfabetização da População	Matrículas no ensino secundário	Matrículas no ensino superior
Ruanda	10	10	11	8
São Tome & Príncipe	10	9	11	9
Senegal	8	8	9	6
Seychelles	18	10	10	33
Serra Leoa	7	8	9	4
Somália	•	...	5	...
África do Sul	11	10	11	14
Sudão do Sul	•	5
Sudão	10	9	9	11
Swazilândia	10	10	10	11
Togo	6	8	5	4
Tunísia	12	10	10	16
Uganda	9	10	9	8
R.U. da Tanzânia	8	10	9	5
Saára Ocidental
Zâmbia	•	8	•	•
Zimbabwe	10	10	10	9

Sector do Acesso ao Crédito

País	Pontuação Geral do Acesso ao Crédito	Conta numa instituição financeira	Empréstimo de uma instituição financeira
Argélia	14	7	22
Angola	7	6	7
Benim	10	7	14
Botswana	8	9	7
Burkina Faso	7	8	5
Burundi	7	9	4
Cabo Verde
Camarões	7	6	8
República Centro Africana	11	11	11
Chade	4	3	4
Comores	7	7	7
Congo	10	7	12
Côte d'Ivoire	9	7	11
R.D. Congo	8	6	9
Djibouti	6	5	7
Egipto	6	5	6

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Pontuação Geral do Acesso ao Crédito	Conta numa instituição financeira	Empréstimo de uma instituição financeira
Guiné Equatorial
Eritreia
Etiópia	10	9	11
Gabão	8	9	8
Gâmbia
Ghana	11	10	12
Guiné	7	4	9
Guiné-Bissau
Quênia	8	9	7
Lesoto	8	8	8
Libéria	7	6	8
Líbia
Madagáscar	9	9	8
Malawi	11	7	16
Mali	6	7	5
Mauritânia	8	8	9
Maurícias	8	9	6
Moçambique
Namíbia	8	9	7
Níger	4	6	3
Nigéria	6	6	6
Ruanda	6	7	5
São Tome & Príncipe
Senegal	6	5	8
Seychelles
Serra Leoa	6	6	6
Somália	6	6	5
África do Sul	9	10	9
Sudão do Sul
Sudão	6	5	7
Swazilândia	8	9	8
Togo	12	7	16
Tunísia	6	6	6
Uganda	8	7	8
R.U. da Tanzânia	9	8	10
Saára Ocidental
Zâmbia	8	9	7
Zimbabwe	8	8	9

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

Sector da Saúde

País	Pontuação Geral da Saúde	Mortalidade de menores de 5 anos	Prevalência da desnutrição	Esperança de vida aos 60 anos	VIH
Argélia	10	10	10	10	10
Angola	10	10	11	11	7
Benim	10	10	11	10	7
Botswana	10	10	11	10	8
Burkina Faso	9	10	11	10	7
Burundi	10	10	12	11	6
Cabo Verde	•	10	...	11	10
Camarões	10	10	11	10	7
República Centro Africana	10	10	11	11	7
Chade	9	10	11	10	7
Comores	•	10	...	10	...
Congo	9	10	10	11	6
Côte d'Ivoire	10	10	11	10	8
R.D. Congo	10	10	11	11	7
Djibouti	9	10	10	11	7
Egipto	16	10	11	11	31
Guiné Equatorial	•	10	11	11	...
Eritreia	9	10	10	11	7
Etiópia	9	10	10	11	6
Gabão	9	10	11	10	5
Gâmbia	9	10	11	10	6
Ghana	9	10	11	10	7
Guiné	9	10	11	10	7
Guiné-Bissau	10	10	11	11	7
Quênia	10	10	11	11	7
Lesoto	10	10	11	10	7
Libéria	10	10	11	10	7
Líbia	•	10	10	11	...
Madagáscar	11	10	11	10	12
Malawi	10	10	12	10	7
Mali	9	10	11	10	7
Mauritânia	•	10	11	11	...
Maurícias	•	10	...	11	27
Moçambique	10	10	11	10	7
Namíbia	10	10	11	11	7
Níger	10	10	11	10	9
Nigéria	10	10	11	10	7

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Pontuação Geral da Saúde	Mortalidade de menores de 5 anos	Prevalência da desnutrição	Esperança de vida aos 60 anos	VIH
Ruanda	10	10	11	11	7
São Tome & Príncipe	11	10	10	11	12
Senegal	9	10	10	10	6
Seychelles	•	10	...	11	...
Serra Leoa	9	10	10	10	7
Somália	10	10	10	11	10
África do Sul	10	10	11	11	7
Sudão do Sul	10	10	11	10	7
Sudão	10	10	11	11	10
Swazilândia	9	10	11	10	7
Togo	9	10	10	10	7
Tunísia	14	10	11	11	23
Uganda	10	10	10	10	7
R.U. da Tanzânia	10	10	11	10	7
Saára Ocidental
Zâmbia	10	10	11	11	9
Zimbabwe	10	10	11	10	7

Política e Tomada de Decisão

País	Pontuação Geral da Política e Tomada de Decisão	Assentos no Parlamento Nacional	Mulheres em Cargos Ministeriais
Argélia	4	5	2
Angola	4	6	3
Benim	1	1	2
Botswana	1	1	1
Burkina Faso	1	2	1
Burundi	5	4	5
Cabo Verde	7	3	11
Camarões	3	5	2
República Centro Africana	2	1	3
Chade	2	2	2
Comores	1	0	2
Congo	1	1	1
Côte d'Ivoire	2	1	2
R.D. Congo	1	1	1
Djibouti	1	1	1
Egipto	1	0	1

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

País	Pontuação Geral da Política e Tomada de Decisão	Assentos no Parlamento Nacional	Mulheres em Cargos Ministeriais
Guiné Equatorial	2	3	1
Eritreia	2	3	2
Etiópia	3	4	1
Gabão	2	2	1
Gâmbia	2	1	3
Ghana	2	1	3
Guiné	2	3	2
Guiné-Bissau	3	2	5
Quênia	3	2	4
Lesoto	3	4	3
Libéria	2	1	2
Líbia	1	2	1
Madagáscar	3	3	2
Malawi	2	2	1
Mali	1	1	2
Mauritânia	4	3	4
Maurícias	1	1	1
Moçambique	5	7	4
Namíbia	5	7	3
Níger	2	2	1
Nigéria	2	1	3
Ruanda	12	18	6
São Tome & Príncipe	2	2	1
Senegal	5	7	2
Seychelles	6	8	3
Serra Leoa	1	1	1
Somália	1	2	1
África do Sul	7	7	7
Sudão do Sul	3	4	3
Sudão	3	3	2
Swazilândia	2	1	4
Togo	2	2	3
Tunísia	3	5	1
Uganda	5	5	4
R.U. da Tanzânia	5	6	5
Saára Ocidental
Zâmbia	2	1	2
Zimbabwe	3	5	1

... No data available for scoring. • Insufficient data for scoring.

